

LUTAS FEMINISTAS E LGBTQ+ PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

“Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”: Movimento de Mulheres do IAJES, Movimento Regional de Mulheres e a luta por democracia no Brasil¹

“Constituent for real has to have woman’s word”: IAJES Women’s Movement, Women’s Regional Movement and struggle for democracy in Brazil

Cíntia Lima Crescêncio*

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil

Mariana Esteves de Oliveira**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil

RESUMO: O objetivo do presente artigo é apresentar a mobilização do Movimento de Mulheres do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) e do Movimento Regional de Mulheres (MRM), rede formada no interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul, na construção da Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987. A Carta, resultado de histórica campanha intitulada Mulher e Constituinte, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), foi resultado de ampla discussão a nível nacional de inúmeros movimentos de mulheres e feministas que, entre 1985 e 1987, debateram e coletaram assinaturas para garantir “demandas das mulheres” na nova Constituição (1988). Para tal, são analisados relatórios, atas e demais documentos dos grupos que se encontram reunidos no acervo do IAJES, que integra o Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro (NDH), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Realizando um jogo de escala, o grupo de mulheres do IAJES, que compunha o MRM, será desvelado como forma de explicitar as dinâmicas e ações cotidianas das mulheres comuns que assinam a carta. A documentação selecionada permite uma reflexão fundamental sobre os movimentos de mulheres e feministas de ontem e de hoje, bem como as sensíveis aproximações e afastamentos desses grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização. Constituinte. Movimentos de mulheres e feministas.

* Professora de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: climahist@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-9411-3206>

** Professora de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. Doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: mariana.esteves@ufms.br
<https://orcid.org/0000-0002-2992-9417>

ABSTRACT: *The main goal of this article is to present the mobilization of Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) Women's Movement and of Women's Regional Movement (WRM), net formed in São Paulo interior and Mato Grosso do Sul, in the construction of Women's Letter to the Constituents of 1987. The Letter, result of historical campaign named Woman and Constituent, from National Council of Women's Right (NCWR), was result of broad national discussion of numbers women's and feminist movements that, between 1985-1987, debated and collected signatures to guarantee "women's demands" in the new Constitution (1988). For that we analyze reports, minutes and other documents of groups that are archived in the collection of IAJES, that integrates Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro, at Federal University of Mato Grosso do Sul, Três Lagoas Campus. Performing a scale game, the group of IAJES women's, who was part of WRM, will be revealed as a way to explain everyday dynamics and actions of ordinary women that signed the Letter. The selected documentation allows a fundamental reflection on the women's and feminist movements from the past and the presente, as well as the sensitive approximations and withdrawals of these groups.*

KEYWORDS: *Mobilization. Constituent. Women's and feminist movements.*

Introdução

As narrativas sobre história e historiografia dos movimentos de mulheres e feministas emergidos no século XX costumam fixar raízes em grandes centros urbanos. No entanto, não são recentes os esforços de implosão de tais fronteiras, o que demonstra a necessidade de uma visão rizomática de tais movimentos. Pensando nisso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências do Movimento Regional de Mulheres (MRM), rede formada em 1982 e consolidada em torno do processo de elaboração da Constituinte de 1987, que reunia grupos de mulheres de algumas cidades do interior paulista e Mato Grosso do Sul, com atuação fundamental do Movimento de Mulheres ligado ao Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), oriundo da cidade de Andradina/SP. Nessa pequena cidade, o IAJES constituiu-se como um organismo da igreja católica progressista com recursos e projetos de assessoria às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e grupos populares organizados.

Entendemos que, pelo fato de situar-se às margens da narrativa histórica, é necessário apresentarmos não apenas o MRM, mas também, em primeiro lugar, a entidade católica andradinense que o compunha, para possibilitar uma melhor contextualização desta rede. Nascido em 1969 pelas mãos da paróquia local, a princípio com um caráter assistencialista voltado ao apoio de mulheres católicas à comunidade do bairro periférico onde se situava, o Instituto construiu uma experiência política considerável em toda a periferia da cidade e, posteriormente, na região que corresponde ao alto noroeste paulista e ao leste do Mato Grosso do Sul. Nos anos 1970, recebeu como pároco um padre progressista que estimulava o trabalho de base e das mulheres leigas nas ações da igreja, coadunando com as leituras expressas nas conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Assim como na América Latina, as mulheres leigas assumiram cada vez mais o papel central do IAJES de visitadoras dos bairros, diagnosticando a situação de pobreza, desemprego e carestia, alvo de atenção do Instituto a partir dos instrumentais presentes na Teologia da Libertação, isto é, à luz de uma perspectiva crítica da sociedade.

O crescimento deste processo resultou na institucionalização e politização da experiência da entidade na cidade. Com trabalho em rede, o IAJES costurou, por meio de projetos, o fomento de

organizações europeias ligadas à igreja progressista, como a *Misereor* e a *Cebemo*², para apoiar ações nos bairros de Andradina, mediadas pelas Sociedades Amigos de Bairros e grupos de mulheres, voltadas à saúde, saneamento e educação popular (IAJES, 1979b). Na virada da década de 1970 para 1980, o IAJES cresceu e suas ações também. O programa de assessoria a grupo populares engajava as pequenas organizações existentes nos bairros, como Sociedades Amigos de Bairros (SABs), os grupos de mulheres e as CEBs nas lutas pela saúde. Algumas SABs passaram por intenso processo de amadurecimento a partir desse engajamento e na relação com o IAJES. Em 1980, o Instituto tinha quase 100 voluntários: 80 visitadoras, dez conselheiros e oito diretoras. Contava ainda com nove agentes populares de saúde, duas assistentes sociais, um educador, uma técnica de laboratório de análises clínicas, um secretário e um administrador. Os salários eram financiados por agências externas. Subsidiavam os sete centros comunitários, um salão para cursos, dois escritórios administrativos e tinham dois veículos (OLIVEIRA, 2016, p. 88-89).

Assim, nos anos 1970 e 1980, este Instituto se comportou como uma entidade “guarda-chuva” que acolhia e estimulava a educação popular e as diversas lutas na periferia de Andradina e, dentre elas, das mulheres, por direitos e condições de existência dignas, convergindo com a emergência de novos sujeitos políticos num contexto inicial de ditadura e arrocho. Será esta face do IAJES a que nos dedicaremos a discutir neste texto.

Nos anos 1990, depois de duas décadas de ações pela democratização e melhoria das condições de vida e trabalho, já em um cenário neoliberal, a entidade sofreu com a crise de financiamento por parte das agências católicas face à mudança da postura da Igreja europeia e o advento da Renovação Carismática. Fechou suas portas em 1996, tendo de entregar seus escritórios anexos à Igreja matriz da cidade e guardar todo material acumulado em um galpão que outrora serviu de máquina de beneficiamento de arroz em um de seus projetos comunitários. Alguns de seus militantes, todavia, construíram suas trajetórias ulteriores amarradas a outras entidades e grupos políticos, compondo movimentos feministas, partidos políticos e governos.

Marcados pelas lutas pós-1970, momento de emergência dos “novos movimentos sociais”, e pelas trajetórias políticas de grupos populares (DOIMO, 1995), esses sujeitos demonstram, através de sua documentação — hoje reunida no acervo do IAJES, o qual integra o Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro (NDH), da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL) —, os limites da cidadania e da democracia para as mulheres, bem como os efeitos das ideias feministas que, via grande circulação, afetavam a luta de inúmeros movimentos de mulheres. Suas pequenas e marginais histórias compõem a soma da história de luta das mulheres no Brasil.

Não é novidade a necessidade de ampliação das fontes para que outras narrativas sejam construídas, principalmente quando estas privilegiam o protagonismo das mulheres, e uma das maiores dificuldades desse movimento de ampliação das fontes — que precisa estar aliado a um outro olhar e, muitas vezes, a uma abordagem teórica outra — é a questão do acesso aos documentos. Não é equivocado supor que grupos marginalizados, como é o caso das mulheres e dos movimentos sociais em geral, embora produzam memória, não recebam atenção e fomento suficientes para constituir arquivos estáveis ou lugares de memórias (PERROT, 1989). Tal fato fica ainda mais evidente distante dos grandes centros, e os documentos do MRM e do Movimento de Mulheres do IAJES são exemplo disso. Retrato do descaso e da falta do interesse público na preservação de documentos que ajudam a narrar a história dos movimentos sociais no Brasil, o acervo do IAJES

foi recuperado de um galpão que reunia cartas, livros, jornais, relatórios e atas, fruto do esforço de construção e preservação da memória do Instituto³. A produção e organização documental fezera parte da política institucional da entidade, o que fez com que muitos de seus membros participassem dos cursos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e as formas sistemáticas e organizadas remanescentes de catalogação de cartas, atas, livros, panfletos, cartilhas, correspondências, material de educação popular, *slides* e fotos, evidenciam a preocupação com a sua memória, expressas nos carimbos e fichas documentais reiteradamente anotados nos documentos.

A gráfica *offset* do IAJES imprimia cadernos formativos, folhetos, panfletos, boletins, projetos e relatórios. Transformava material de divulgação política em instrumentos didáticos, fotos de atividades rotineiras em exposições sobre si. O setor de documentação contava com uma funcionária registrada durante o tempo em que o Instituto recebeu fomento externo (OLIVEIRA, 2007), mas com seu fechamento, este material ficou mal armazenado e virou alvo de ratos e traças por dez anos.

Em 2006, com a aprovação de um projeto de reestruturação no NDH, do Curso de História da UFMS/CPTL, sob a coordenação do professor Vitor Wagner Neto de Oliveira, os documentos do IAJES foram cedidos, reorganizados e transportados. No NDH, o acervo ganhou o nome de Fundo Giancarlo Oliveri, em homenagem ao pároco progressista e intelectual orgânico do Instituto, falecido em 1996, ocupando 60 metros lineares com 190 caixas-arquivo, além dos arquivos de aço e estantes de livros. Uma parte dessas caixas reúne documentos exclusivamente do Movimento de Mulheres. A história do acervo é resultado da dinâmica de ascensão e crise dos acervos populares que marcam as disputas pela memória.

Este artigo, portanto, além de elaborar uma reflexão fundamental em torno da luta pela democracia e pela cidadania das mulheres na segunda metade da década de 1980 no Brasil, assunto que pautou as demandas de movimentos de mulheres e feministas, a exemplo do MRM e do Movimento de Mulheres do IAJES, afirma-se como lugar privilegiado de exploração de fontes até então negligenciadas ou esquecidas por grande parte das historiadoras e historiadores, seja por razões geográficas ou temáticas. Ao longo do texto discutimos uma camada de fontes selecionadas e destacamos que, apesar de nossos esforços, muitos documentos seguem à espera de perguntas⁴. Este texto é um convite para que outros olhares venham se juntar às nossas incipientes pesquisas, com esta farta documentação ainda a ser desbravada.

Para debater as mudanças, permanências e desafios que marcam a luta pela democracia e cidadania das mulheres no Brasil, o artigo está dividido em dois tópicos. No primeiro apresentamos um breve resumo do contexto de emergência dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil ditatorial, procurando articular essa emergência às lutas populares e ao embate pelo retorno da democracia. No segundo tópico apresentamos duas facetas de uma mesma história: procuramos descortinar o MRM e o Movimento de Mulheres do IAJES, de modo a apresentar um breve histórico desses grupos e sua relação com as redes na elaboração de propostas que contemplassem as mulheres na Constituinte.

Movimento de mulheres, feminismos e democracia no Brasil

O golpe civil-militar no dia 1º de abril de 1964 impactou definitivamente a história do Brasil. A ditadura que predominou no país durante 21 anos, até 1985, foi responsável por um cenário de violência e terror, mas também de crescimento acelerado acompanhado de um extensivo aumento

da desigualdade social. Em um contexto protagonizado por paradoxos, em que um golpe de Estado era chamado de “revolução” e em que o progresso era confundido com a destruição do “inimigo”, uma série de movimentos sociais lutou em defesa da liberdade, da democracia e pela transformação da sociedade. Um dos grupos que atingiu amplo nível de organização e enfrentou a repressão foi o das mulheres.

Após o Ato Institucional Número 5, de 1968, o Movimento de Luta Contra a Carestia, conhecido como Movimento do Custo de Vida, foi o primeiro a ir às ruas cinco anos depois do Ato que recrudesceu ainda mais o regime. Compostos primordialmente por mulheres das classes populares, movimentos como este tinham como objetivo intervir no mundo público a partir da condição de mulher esposa, dona de casa e mãe e existiam desde antes da década de 1970. Céli Pinto aponta que já entre as décadas de 1940 e 1950 clubes de mães e outras organizações tiveram apoio e, às vezes, promoção das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e tinham atuação muito bem organizada (PINTO, 2003). Vale lembrar ainda a eclosão de inúmeras greves em 1968, algumas delas lideradas por mulheres operárias. Rosalina Santa Cruz Leite e Amelinha Teles afirmam que o ápice da luta operária se deu em Contagem e Osasco. As mobilizações de Contagem contaram com a liderança de uma mulher, Conceição Imaculada de Oliveira, diretora do sindicato dos metalúrgicos da cidade (TELES; LEITE, 2013).

Lançando um olhar histórico sobre esses acontecimentos não seria equivocado afirmar a existência de bases populares nos movimentos feministas brasileiros que emergiram de maneira organizada no Brasil dos anos 1970. Escamoteando teses, inclusive, que defendem que o feminismo brasileiro foi importado de países europeus e dos Estados Unidos, ou que foi fundado pelo decreto da Organização das Nações Unidas (ONU) que instituiu 1975 o Ano Internacional da Mulher e 1975-1985 a Década da Mulher, ou ainda que foi mera invenção de mulheres ricas e/ou acadêmicas (PEDRO, 2011; CRESCÊNCIO; PEDRO; WOLFF, 2016). É possível sugerir que os movimentos de mulheres formaram parte do cenário necessário para a emergência do feminismo. No mesmo sentido, Joana Maria Pedro (2008) destaca a efervescência de escritos de mulheres no período: Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro. Escritos que, se não podem ser tomados como feministas em essência, flertam nitidamente com uma visão feminista de mundo.

A circulação de ideias feministas, muitas vezes sem a possibilidade de demarcação de uma origem, é inegável e caracteriza a emergência dos movimentos feministas no Brasil, gestados também junto à esquerda e à luta pela democracia. Muito embora a ditadura tenha sido de direita, houve uma hegemonia cultural da esquerda no país, o que levou os grupos de esquerda a serem o lugar privilegiado de transgressão (GOLDBERG, 1987). Na luta armada as mulheres também faziam-se presentes. De 15% a 20% dos efetivos de organizações armadas eram de mulheres (RIDENTI, 1993).

Já na década de 1970 há registros dos primeiros grupos de consciência feministas. Céli Pinto ressalta que em 1972 grupos de reflexão começaram a surgir no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob inspiração estadunidense. Tinham um caráter privado e a entrada nesses grupos se dava por meio de convite (PINTO, 2003). Danda Prado, brasileira, em 1974 iniciou em Paris um grupo de reflexão com mulheres exiladas. Esse mesmo grupo publicou o periódico *Nosotras* (PEDRO, 2008). Facilitada pelo decreto da ONU, a imprensa feminista emergiu com força. O jornal *Brasil Mulher* teve o início de sua existência em Londrina, sendo resultado de iniciativa da jornalista Joana Lopes. Depois foi transferido para São Paulo. Criado em 1975, fruto de uma aliança com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), coordenado por Therezinha Zerbini — que financiou

os dois primeiros números —, a identidade feminista da publicação nunca foi uma unanimidade, apesar de Joana Lopes sempre ter defendido o feminismo do jornal. Produzido por mulheres de esquerda, ex-presas, integrantes de partidos, o público do periódico era composto por operárias, faveladas, mulheres do campo (TELES; LEITE, 2013).

A publicação *Brasil Mulher* deu origem à Sociedade Brasil Mulher que chegou a ter um grupo organizado em Salvador, na Bahia. O grupo baiano, anos depois, fundou um jornal chamado *Maria Maria*. Outros jornais, como *Nós Mulheres*, *Mulherio* e o próprio *Maria Maria*, surgidos depois, já afirmavam uma identidade feminista. O *Brasil Mulher* é, talvez, o melhor exemplo da chamada imprensa feminista, situando-se no complexo terreno que separava/unia movimentos de mulheres e feminismo no Brasil dos anos 1975. É também nesse ano que foi fundado o Centro da Mulher Brasileira com atuação em São Paulo e no Rio de Janeiro (ALVES; PITANGUY, 2007). Apesar de o Centro dizer-se feminista, ele focava no debate sobre as mulheres operárias e recusava discussões em torno de temas tabu como sexualidade e aborto (PINTO, 2003).

Céli Pinto afirma que “[...] no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda” (PINTO, 2003, p. 66). O mesmo vale para os movimentos de mulheres que se organizavam em coletivos, conselhos, clubes e aproximavam-se cada vez mais dos partidos políticos — aproximação também feita por movimentos feministas. Tais movimentos não podiam ser considerados feministas, mas há inúmeros relatos de aproximação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista no período.

Na segunda metade da década de 1970, mulheres de todo país envolveram-se na luta pela anistia, que teve como representante principal o MFPA, e a volta da normalidade política colocou como foco de tensão adesões ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nas eleições de 1982, a questão política dominava os interesses feministas (PINTO, 2003), o que fica evidente nos documentos analisados neste artigo.

No último encontro do MRM, antes do foco da rede debruçar-se com todas as energias no debate sobre a Constituinte, realizado em São José do Rio Preto, em 1984, o debate que mobilizou todas as atenções foi sobre participação política — via partidos. No relatório do encontro, apresenta-se a polarização PMDB e PT. O debate realizado pelo grupo tem o protagonismo da candidata a vereadora pelo PMDB Maria José — derrotada nas urnas — e Janeth, integrante da executiva do PT de São Paulo. Convidada, Maria José deu início:

A melhor forma de penetração e participação é se filiar a um partido... Vocês vão ficar dando murro em ponta de faca enquanto não se filiarem e começarem a ocupar seu espaço. Está na hora da mulher acordar, vamos assumir... não existe nenhuma participação apartidária. Quando terminou a eleição recebi vários tapinhas nas costas dizendo que tinham votado em mim, mas como? Sendo que eu não fui eleita (MRM, 1984, p. 2-3).

Em resposta à fala de Maria José: “Fernandópolis — a nossa candidata fomos nós que tiramos do próprio grupo e está dando certo, e é mulher. Estas reuniões que fazemos é para nos organizarmos e nos elegermos” (MRM, 1984, p. 4). Janeth responde à fala de Maria José mostrando a diferença entre seu partido e o discurso da convidada:

Fazer política não é essencialmente participar, e sim participar para mudar em função do interesse da maioria e não da minoria. Política não é eleger um candidato, não é só parlamento... Entendemos no PT, que o parlamento é uma das facetas da política... (MRM, 1984, p. 5).

O debate, mais do que demonstrar as dificuldades de ações coletivas, principalmente quando a proposta é a reunião de pessoas de diferentes visões políticas de mundo, representa a gênese da complexa relação que os movimentos de mulheres, incluídos os feministas, estabeleceram com o Estado brasileiro a partir da década de 1980. Os limites e potencialidades da democracia e da cidadania experienciadas pelas mulheres hoje foram parcialmente forjados durante a luta pela Constituinte e, de algum modo, começaram a ser moldadas a partir da aproximação, e ao mesmo tempo, do afastamento, que esses movimentos impuseram ao Estado. Neste artigo, interessa-nos especialmente o processo de institucionalização protagonizado por movimentos de mulheres e feministas, uma vez que o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que encabeçou a campanha Mulher e Constituinte, abraçada pelo MRM e pelo Movimento de Mulheres do IAJES por dois anos, foi criado em 1985 pelo então presidente José Sarney. O Conselho tinha secretaria, orçamento próprio e sua presidente tinha *status* de ministro⁵.

Os inúmeros conselhos criados tinham óbvia hegemonia do PMDB, partido vitorioso nas eleições de 1982. As integrantes do PT, por sua vez, criticavam o fato das líderes e representantes dos conselhos estarem submetidas aos interesses e programas do partido — PMDB — e defendiam a autonomia, demonstrando que “[...] os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias” (PINTO, 2003, p. 70).

O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente (PINTO, 2010, p. 17).

De 2003 a 2016, correspondendo aos governos de Lula e Dilma, o cargo máximo da Secretaria Nacional de Combate à Violência contra a Mulher foi ocupado por Aparecida Gonçalves, cuja história está ligada aos movimentos populares emergentes nos anos 1970 e 1980, especificamente ao IAJES, onde ela iniciou sua militância como agente de saúde e visitadora. Em 2018, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) passou a ser vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos que, em 2019, foi reestruturado, tornando-se o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, uma guinada clara em direção oposta ao que almejavam os movimentos de mulheres e feministas brasileiros.

A luta por uma “Constituinte pra valer” é, sem dúvida, um dos grandes ganhos dos movimentos de mulheres e feministas da segunda metade do século XX no Brasil, ao mesmo tempo que insinua uma maior potência no diálogo entre o político e as pautas dos movimentos de mulheres, excluídos os movimentos feministas que, embora organizados e mobilizados, tiveram pouca adesão a grande parte de suas demandas, ao mesmo tempo que não promoveu movimentos de aproximação a demandas mais “gerais”. Os projetos feministas que vingaram, de algum modo, foram em sua maioria via movimentos populares e de mulheres.

Entre as emendas que tratam dos direitos da mulher, a que contém o maior número de assinaturas foi promovida por três entidades: Federação das Associações de Bairro de Salvador; Associação de Moradores de Plataforma; Associação de Mulheres de Cosme de Farias. Apresentava como proposta a aposentadoria das donas-de-casa, justificando o trabalho doméstico como contribuição à renda familiar e a aposentadoria como reparação das atividades profissionais não exercidas pelas mulheres em razão deste tipo de ocupação (Emenda n. 2. 19) (PINTO, 1994, p. 267).

Na elaboração de emendas para serem enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, que incluíam coleta de assinaturas, a aposentadoria das donas de casa foi proposta por entidades não feministas e, mais, sem registro de contribuição direta de grupos feministas. Sendo o trabalho doméstico uma pauta primordial dos movimentos feministas brasileiros pós-1970, tendo figurado inúmeras capas e matérias dos jornais feministas, é surpreendente que tal demanda não tenha contado com o apoio e mesmo o protagonismo feminista. Informações como esta apontam a potência dos movimentos populares e de mulheres e, por sua vez, da circulação das ideias feministas.

Essa potência, certamente, não fica restrita aos grandes centros e o trabalho do CNDM, ao cooptar a atenção de grupos de todo o país, merece destaque. O MRM, que existia desde 1982, e formou uma coordenação regional em 1984, é exemplo disso. Em encontro de junho de 1985, o grupo já colocou como pauta a produção de demandas para serem apresentadas à Rede Mulher, uma das organizações civis que intermediou a campanha Mulher e Constituinte no estado de São Paulo e parte do Mato Grosso do Sul. No encontro seguinte, quatro meses depois, o MRM produziu seu primeiro documento em que se declara em “Assembléia Nacional Constituinte Permanente”: “Como cidadãs brasileiras temos AUTORIDADE de dizer o que queremos... Como mulheres assumimos grandes responsabilidades na construção diária da Nação. Por isso queremos ver garantidos nossos direitos” (MRM, 1985, p. 1).

O Movimento Regional de Mulheres e a Constituinte

“Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” era a máxima que protagonizava convites, panfletos, cartas, cartazes, jornais feministas, boletins e reuniões de grupos de mulheres que, a partir da Campanha Mulher e Constituinte, encabeçada pelo CNDM em 1985, tinha como objetivo mostrar que a mobilização das mulheres era fundamental para o período de democracia que se (re)aproximava do contexto político brasileiro. A movimentação resultou na Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987, que teve como remetente “Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera, Sônia, Carla, Francisca, Patrícia, Márcia, Simone, M^a de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro, Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Cremilda, Rosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina ... Nós, Mulheres Brasileiras” (CNDM, 1987). Fruto de trabalho coletivo, o documento trazia as reivindicações das mulheres brasileiras à nova Constituinte e representava os anseios democráticos de mulheres de todo o país.

Atento ao que acontecia na política nacional e nos grandes centros, no interior de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, o Movimento Regional de Mulheres, nascido em 1982, reunia diferentes grupos e associações e, a partir de 1985, colocou como pauta de seus encontros os seguintes temas: “Participação Política da Mulher e Constituinte”, no VI encontro, realizado em Andradina/SP, no 1º semestre de 1985; “Constituinte (elaboração do documento — Direitos que nós mulheres

queremos ver garantidos na Constituição)”, no VII encontro, realizado em Bauru/SP, no 2º semestre de 1985; “Constituinte e os partidos políticos”, no VIII encontro, realizado em Três Lagoas/MS, no 1º semestre de 1986; “Constituinte, aprofundamento das propostas dos direitos que queremos ver garantidos na nova Constituição”, no IX encontro, realizado em Fernandópolis/SP, no 2º semestre de 1986. Por dois anos, portanto, o tema da Constituinte mobilizou as atenções do Movimento. Antes disso, os debates abordaram temas como violência, custo de vida, desemprego e participação política da mulher (MRM, 1987, p. 1-2).

Em documento intitulado *Histórico e Lutas*, de outubro de 1987, elaborado pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), o Movimento é apresentado como uma espécie de rede, integrada pelas seguintes cidades: “Bauru, Lins, Birigui, Araçatuba, Andradina, Santo Anastácio, Fernandópolis, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Três Lagoas (MS). etc.” (MRM, 1987, p. 1). No “etc.” estão incluídas cidades com participação esporádica como Santo Anastácio, Tupi Paulista, Santa Rita do Oeste, Santa Fé do Sul, Jales, Catanduva, Guarulhos, entre outras. Há registros de participação de mulheres de São Paulo e Campo Grande, capitais. O MRM, de maneira geral, representava as preocupações de grupos do interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul, sempre aliados ao cenário nacional e demonstra o trabalho coletivo e incansável de mulheres de todo país na elaboração de propostas para a nova Constituição.

As mulheres do IAJES e o Movimento Regional de Mulheres

É importante reiterar que a convocação realizada pelo CNDM para a construção da carta foi bem-sucedida porque, como nos lembra Ana Maria Doimo (1995), o cenário político dos anos 1980 compreendia justamente o ambiente propício de ebulição da lógica participativa construída por forças diversas e grupos também muito diversos que forjaram uma cultura cidadã peculiar e genuína, de baixo para cima, amparada em bases populares e num campo ético político intrínseco a esses agrupamentos de bases, providos ainda de racionalidade política e organicidade, com reconhecidos esforços e realizações nos seus espaços de atuação e luta.

Neste sentido, apesar de inegável importância, o protagonismo no processo de mobilização dos grupos de mulheres na feitura e entrega da carta não deve ser imputado ao CNDM como entidade autônoma. Não podemos reificar o seu papel sem antes compreender que a sua existência social e o resultado por ele obtido se explica, e foi mobilizado e executado, com a soma articulada das centenas de experiências populares experimentadas por mulheres comuns das periferias das grandes e pequenas cidades no pós-1970, nesta constituição inédita de práticas e espaços políticos que descentralizaram a militância da fábrica ao bairro, como vimos aqui. Com isto, estamos dizendo que, para compreendermos a experiência da mobilização das mulheres na Constituinte, convém realizar níveis de aprofundamento no próprio sentido construído pela experiência histórica em direção às bases, às mulheres de carne e osso nas suas comunidades, entendendo o grupo do Movimento Regional de Mulheres como um primeiro nível e, em um novo mergulho, reconhecendo um dos grupos de mulheres que compunham o MRM em seu interior. Trata-se, aqui especificamente, do grupo de mulheres da cidade de Andradina, sob a assessoria do IAJES, sem perdermos de vista a conexão — sempre em rede — destes níveis e grupos (SCHERER-WARREN, 1996).

O MRM era composto por grupos de mulheres que se identificavam, nos encontros e nos próprios relatórios de avaliação, pelos seus municípios. Entendemos que estes agrupamentos não estavam assim identificados por qualquer tipo de apoio dado por estes municípios enquanto

entidades políticas, como prefeituras, por exemplo. Mas, cientes da composição social das mulheres participantes dos encontros e da intensidade e dinamicidade dos eventos semestrais, consideramos que havia algum fomento institucional para viabilizar transporte, divulgação e outras estruturas. No documento Histórico de Lutas, registrou-se que algumas entidades “colaboravam e acompanhavam” o movimento, tais como: Grupo Linense de Educação Popular, Faculdade de Serviço Social de Lins, Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – IAJES Andradina, que já apresentamos aqui, Associação Riopretense de Educação e Saúde – ARES São José do Rio Preto, Centro Bauruense de Ação Comunitária – CEBAC Bauru, Comunidade das Famílias de São Pedro – COFASP Fernandópolis, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular – CDDHEP Ribeirão Preto (MRM, 1987, p. 8).

Na intenção de descortinar esta rede seguindo esta direção de baixo para cima, a partir de um grupo e suas conexões, apresentamos uma das partes deste processo histórico examinando-a mais de perto. *A priori*, conseguimos afirmar que a história do movimento de mulheres de Andradina está conectada ao IAJES de forma indelével, e relaciona-se com outros grupos, sobretudo os de Lins/SP, de modo que a compreensão desta história passa pela compreensão destes sujeitos em seus locais, bem como das relações e redes estabelecidas.

A cidade de Andradina, no extremo oeste paulista, nasceu no contexto da “marcha para oeste” varguista em 1937 e contava com cerca de 50 mil habitantes em 1970, ano de nascimento do IAJES. Naquele tempo, o declínio dos ciclos econômicos nas fazendas da região havia forçado centenas de famílias que viviam sob sistemas de arrendamentos a saírem da zona rural, causando inchaço no espaço urbano e criação desordenada de bairros na periferia, além de conflitos agrários que marcaram a história e identidade daquela região (FERNANDES, 1985; OLIVEIRA, 2016). Em um destes bairros, o Pereira Jordão, uma pequena paróquia católica, com algum espaço físico aos fundos, passou a ser utilizada como centro comunitário, na iniciativa do pároco, Padre José Vanin, em um movimento de crescimento do papel dos leigos na Igreja Católica, a partir de círculos bíblicos e reuniões de Comunidades Eclesiais de Base — as já citadas CEBs. Na prática, nasceu com um trabalho, incentivado pela paróquia, de mulheres daquele bairro, no esforço de visitar todas as casas e levantar a situação e a realidade vivida no Pereira Jordão. Estas mulheres, em geral donas de casa, trabalhadoras, aposentadas, católicas, eram chamadas de visitadoras.

Nos documentos que trazem sínteses históricas do/sobre o Instituto, valoriza-se a narrativa de que as mulheres visitadoras foram, no processo de reconhecimento daquela realidade de pobreza, construindo uma consciência da sua dimensão política. É importante ressaltar que, isoladamente, as visitas não teriam o mesmo efeito nos grupos sem a mediação deste processo nos espaços do centro comunitário católico.

Importa retomar aqui que a Igreja Católica experimentava, naquele momento, a emergência da Teologia da Libertação. As matrizes discursivas deste movimento exortavam a “opção pelos pobres”, a valorização e participação dos leigos na Igreja e das camadas populares na vida política da comunidade, em confronto não apenas com os pilares conservadores da instituição eclesial, mas também com o autoritarismo vigente nos governos dos países latino-americanos. Aqui também importa acrescentar mais dois pontos: o primeiro é que a Diocese de Lins se tornou um dos espaços de desenvolvimento da Teologia da Libertação no Brasil, nas figuras do bispo Dom Pedro Paulo Koop e José Oscar Beozzo, um dos intelectuais orgânicos da teologia na região. Outro ponto importante é que, naquele momento, a Igreja Católica de Andradina era vinculada à Diocese de Lins.

A Teologia da Libertação estimulou o avanço das mulheres como sujeitos políticos em toda a América Latina. Destaca-se que não são raros os relatos de mulheres feministas que apontam paróquias/padres como facilitadoras/es de encontros de mulheres. Gabriele dos Anjos (2009) nos lembra que o papel da mulher na Igreja varia de acordo com determinados movimentos e direções tomados pela instituição, enfatizando que foi o vínculo da Teologia da Libertação com as CEBs que possibilitou a emergência de novas formas de leitura bíblica. Tais releituras tiveram consequências diretas para as mulheres católicas, “foi a partir dessa atuação que mulheres vinculadas à Igreja Católica começaram a trabalhar questões relativas aos problemas da mulher, primeiramente da mulher ‘pobre’ e, depois, sobre a discriminação da mulher na Igreja” (ANJOS, 2009, p. 55).

Em Andradina o processo parece ter sido bastante parecido, partindo da ação religiosa à política, sem nunca as desvincular. Em um texto de rememoração de 1982, consta um marco que, para elas, teria sido a guinada da conscientização:

O estudo de uma apostila, “Evangelização Libertadora”, marca o início de uma nova fase. Descubrem que os pobres aumentam sempre mais, que é necessário achar a raiz do problema, que o Evangelho não é apenas uma mensagem de assistencialismo piedoso, mas de ação libertadora (IAJES, 1982, p. 4).

A mediação da igreja progressista é inegável e pode ter deixado marcas importantes nos limites experimentados pelos movimentos de mulheres nos debates sobre gênero e no tocante ao crescimento deste grupo de mulheres visitadoras em movimento. O papel da rede formada com Lins parece ter sido, também, determinante.

A partir de 1970, o intercâmbio de pessoas, ideias, projetos e práticas entre a Diocese de Lins e Andradina foi intenso, incluindo, desde o início, a assessoria para submissão de projetos de financiamento nas redes internacionais de apoio da igreja progressista ao IAJES. Essa ação levou o centro comunitário a constituir-se como Instituto Administrativo, possibilitando-lhe autonomia financeira que permitia subsidiar o trabalho comunitário, como já destacado. Era no cotidiano das CEBs e o trabalho das visitadoras que dava corpo e fundamentava a própria justificativa da existência do Instituto e a busca por fomento externo. Em 1976, elas relataram:

Nossa comunidade fica situada na periferia da cidade. Consta de uma camada de gente muito pobre. As ruas são todas de terra e não existe trabalho na cidade. A maioria das pessoas moram em casas alugadas, poucos são os que têm um barraco de tábuas para morar. A maior parte das moradias [...] são de péssimas condições, não têm calçadas e nem esgoto, nem mesmo guias de sarjeta. Os moradores do bairro na maioria são bóias frias, alguns operários, pequenos comerciantes, e muitos não têm profissão fixa, hoje trabalha aqui, amanhã ali, hoje faz uma coisa, amanhã outra. Em sua maioria predomina no bairro a presença de mulheres, devido à falta de emprego na cidade, os homens são obrigados a trabalharem em outras cidades. E com a ausência dos pais, vários problemas são gerados na comunidade, tais como filhos abandonados, fome, prostituição, mães solteiras, abandono das escolas... (IAJES, 1976, p. 2).

Os relatórios produzidos pelo IAJES são documentos minuciosos de atividades anuais que cumpriam a missão de prestar contas às agências de financiamento, já articulando novos projetos às entidades externas. Em geral, os documentos são apresentados separando as ações de cada grupo integrante do IAJES, como CEBs, SABs, mulheres, Educação Popular, com relatos detalhados dos

encontros e atividades realizados por cada grupo dentro e fora da cidade, acompanhados de análises de conjuntura e das ações. Do diagnóstico apresentado, evidenciam-se dois grupos que merecem nossa atenção, porque também receberam ulterior destaque pelo Instituto: questões relativas às mulheres e os problemas relativos aos bairros. No decurso da história do Instituto, principalmente após a chegada do padre italiano Giancarlo Oliveri e de sua esposa⁶, a assistente social formada na Faculdade de Serviço Social de Lins e contratada pelo IAJES, Isabel Prates Oliveri, em 1976, houve a extensão dos trabalhos de assistência dos grupos comunitários do Pereira Jordão para os demais bairros da cidade. O foco era a educação popular e formação política dos grupos, em consonância com as diretrizes da Diocese e da teologia em desenvolvimento. Sua prioridade era acompanhar as CEBs e assessorar os grupos de bairros e a organização das mulheres, marcados por um trânsito dinâmico e intensa interpenetração (IAJES⁷, 1979a).

Nesta teia de grupos e sujeitos, conseguimos vislumbrar que as visitadoras do IAJES eram, também, as mesmas mulheres organizadas que se engajaram nas lutas pela saúde nas SABs, até porque os próprios diagnósticos da ausência de saneamento básico e problemas epidemiológicos eram realizados através dos mutirões de visitas. Na primeira década de atuação, o IAJES se constituía, pouco a pouco, como um espaço de politização das CEBs, por meio das atividades das mulheres e das sociedades de bairros, financiando também intercâmbios com outros grupos fora de Andradina. Em 1978, as mulheres organizadas de Andradina conheceram e apoiaram o Movimento Contra a Carestia da cidade de São Paulo, coletando mais de 8 mil assinaturas para apoiá-las. Em 1980, saíram às ruas numa manifestação chamada “Panela Vazia” com o grito “Abaixo à carestia, que a panela está vazia!” (OLIVEIRA, 2016, p. 159).

Engajadas nas lutas das SABs pela saúde, em função das péssimas condições infraestruturais dos bairros, as mulheres do IAJES adentraram a década de 1980 envolvidas com a organização do “Ano da Saúde do Povo” e em 1981 ensaiaram experiências próprias de militância. No Dia Internacional da Mulher, realizaram o I Encontro de Mulheres de Andradina e, na sequência, saíram às ruas em uma passeata cujas faixas traziam dizeres como “Nós, mulheres, queremos galerias, redes de esgoto”, “Contra a exploração sexual e econômica da mulher negra”, “Contra a discriminação da mulher” e, inclusive, antecipando as lutas que viriam, “Por uma constituinte democrática e popular”. Os temas levantados fazem crer que as mulheres de Andradina já se enxergavam como movimento e dialogavam com outros movimentos de mulheres, embora não sem mediação, pois, no ano anterior ao I Encontro, “a então deputada estadual pelo PT, Irma Passoni palestrou em Andradina para uma centena de donas de casa, em geral, moradoras da periferia. O tema do encontro foi ‘a participação política da mulher na vida social e política do país’” (OLIVEIRA, 2016, p. 160). A presença desta deputada era constante nos eventos do IAJES, juntamente com a diretora da Faculdade de Serviço Social de Lins, Nobuko Kameyama, além de Luiza Erundina e Clara Sharf. Irma Passoni, na condição de deputada federal por São Paulo, foi uma das 26 Constituintes brasileiras, que apresentaram 226 emendas à nova Constituição. Integrante da chamada “bancada feminina”⁸, também conhecida como “*lobby* do batom”, a deputada era figura frequente nas reuniões do MRM. Nos relatórios das reuniões protagonizava a primeira página, indicada como “Assessoria” junto aos nomes de Lilian (PCdoB) e Vilma (PCB)⁹.

No ano seguinte, além do evento ocorrido no Dia Internacional da Mulher, um segundo encontro, em novembro, intitulado apenas “Encontro de Mulheres”, contou com a participação de 150 mulheres que seguiram da reunião a uma manifestação na frente da prefeitura municipal (OLIVEIRA, 2016).

Marivalda Alves era uma destas mulheres. Negra, da periferia de Andradina, católica e integrante das CEBs, participava dos encontros de mulheres e, algum tempo depois, tornou-se aluna do curso de Serviço Social na Faculdade de Lins. Ela havia se tornado representante do grupo de mulheres de Andradina nas reuniões que construíram o MRM. Para ela, o elo com as instituições de Lins, sobretudo a faculdade, possibilitou a criação desta rede e a inserção das mulheres de Andradina no cenário regional e nacional da militância. Marivalda afirma que o movimento regional nasceu

[a] partir da iniciativa da faculdade em realizar encontros regionais de mulheres existentes na cidade de Lins com outros grupos já existentes na região. Assim, com essa perspectiva em 1982, surgiram os encontros regionais de mulheres, com o objetivo de possibilitar o conhecimento da realidade regional das mulheres, bem como as lutas que estas vem desenvolvendo. Esses encontros contam com a participação das mulheres das classes populares (donas de casa, empregadas domésticas, lavadeiras, bóias frias, comerciárias, operárias, assistentes sociais, etc.), de diversas cidades onde existam grupos organizados de mulheres, sendo: Lins, Bauru, Birigui, Araçatuba, Ribeirão Preto, Fernandópolis, São Jose do rio Preto, Santo Anastácio, Três Lagoas, Andradina, etc. (ALVES, 1989, p. 42).

Os encontros dos grupos de mulheres fizeram nascer o MRM em 1982, trazendo novos desafios para o grupo de mulheres de Andradina, mas não as limitando à dinâmica dos encontros semestrais. Em Andradina, outras pautas e atividades compunham a agenda das mulheres organizadas. Diferente do que predominava nas demais cidades do Movimento Regional no que tange à filiação partidária, vinculado majoritariamente ao PMDB, em Andradina, as mulheres do IAJES se sentiam responsáveis pela formação local do PT e, no mesmo ano, da constituição do MRM. Em 1982, muitas delas candidataram-se a cargos públicos nas eleições municipais em Andradina, a exemplo de Valdete Bertuci (candidatou-se à vice-prefeita), integrante do Movimento de Mulheres e vice-presidente do IAJES. As trajetórias político partidárias determinaram os rumos do grupo andradinense de mulheres. Para ela, no PT estava “tudo aquilo que a gente já vinha fazendo, pregando e pretendendo fazer, embora não tivesse voz e vez. Logo que nascido o PT, nós nos entregamos à luta e agora como candidata a vice-prefeito me proponho a continuar a trabalhar ao lado do povo” (OLIVEIRA, 2016, p. 192). A professora Ana Maria Esteves Bortolanza, a agente de saúde Francisca Tanaka e a empregada doméstica Maria Rosa Gonçalves também compunham o quadro do Movimento de Mulheres e candidataram-se ao cargo de vereadora, assim como Benedita Malaquias, militante que em campanha propôs “lutar junto com as mulheres para obter creches e trabalho, para conseguir a valorização do trabalho, tanto da mulher quanto do menor” (OLIVEIRA, 2016, p. 194).

No ano seguinte, em 1983, quando já participava das atividades do MRM, o Movimento de Mulheres de Andradina se engajou na construção de um grupo organizado de empregadas domésticas para reivindicar direitos às trabalhadoras e creches aos seus filhos. Mesmo quando já participavam das discussões sobre a Constituinte, a partir de 1985, as mulheres de Andradina mantinham-se atuantes também nas outras agendas do IAJES, do PT, das CEBs e das SABs. Neste período, por exemplo, as SABs realizaram um trabalho junto à população para construir o Orçamento Participativo, contando com cerca de 200 voluntários e entrevistando mais de 3.600 pessoas para compor uma proposta de orçamento a ser entregue na Câmara. O Movimento de

Mulheres participou ativamente desta e das repetidas vezes que as SABs tentaram implementar o projeto, sem sucesso, nos quatro anos subsequentes (OLIVEIRA, 2016).

A pluralidade das pautas e das agendas, o dinamismo das lutas e o engajamento partidário permitem considerar que a experiência histórica das visitadoras, nas trajetórias que as levaram ao movimento organizado, mediadas tanto pelos agentes pastorais progressistas do IAJES quanto pelas militantes e intelectuais do partido, fazem-nas compor as bases da emergência da chamada nova esquerda brasileira, as genuínas agentes históricas que materializavam projetos e propostas, como da construção dos encontros semestrais do MRM e mesmo do CNDM, nos desafios de se construir a Carta com as demandas das mulheres na Constituição. Sem estas mulheres de carne osso, senhoras donas de casas, operárias, empregadas domésticas, mulheres católicas da periferia que ora se dedicavam a aprender o bordado (um dos cursos promovidos pelo Instituto), ora saíam às ruas empunhando cartazes que pediam reforma agrária e dignidade às mulheres, não seria possível o “Nós e a Constituição”, porque elas eram “o nós” e “os nós”. A riqueza presente nos documentos produzidos por elas manifesta a diversidade de ações e da sua própria composição. Textos de receitas, bilhetes trocados entre as mulheres no retorno das reuniões externas, repetidos rascunhos de relatórios contendo as impressões e os significados de participarem de atividades políticas que as colocaram no cenário nacional de lutas pela democratização, são documentos que guardam consigo experiências ainda inéditas de senhoras, donas de casa, mães, que alternavam as conversas de quintais com ações políticas de incidência constitucional. Em outras cidades, outras mulheres, outras Valdetes, Marivaldas, Benditas, Anas, Marias e Franciscas se somavam e atendiam aos chamados dos conectores destas redes. Lins, Fernandópolis, São José do Rio Preto e Araçatuba constituíram o MRM reunindo grupos já organizados de mulheres em agremiações políticas e religiosas. Tais quais as visitadoras do IAJES, elas eram mais.

Movimento Regional de Mulheres e a Constituição

No Movimento Regional de Mulheres, à medida que crescia o projeto de construção da carta de direitos, houve uma verticalização dos grupos quanto às suas representatividades, para garantir, possivelmente, tanto a organicidade quanto a efetividade da proposta. O MRM era composto pelas cidades e acompanhado pelos grupos/entidades, e comunicava-se verticalmente com a Rede Mulher — atualmente Rede Mulher de Educação — que atuava como articuladora entre o CNDM e os movimentos. Foram criadas as comissões com representantes de cada movimento integrante. Nos documentos da Rede Mulher, já não encontramos mais menções sobre o IAJES, provavelmente agora fluído no MRM ou ainda nos grupos ligados à cidade de Lins.

Mesmo antes das discussões em torno da Constituinte, os itens família, trabalho, saúde, violência, terra, propriedade, educação e moradia estavam em pauta nas reuniões dos grupos locais. É o que apontam os documentos. As reuniões parecem ter lapidado os conteúdos que, posteriormente, foram inseridos na carta como “reivindicações específicas”. O material impresso, geralmente cheio de anotações em lápis e caneta feitas pelas participantes dos encontros, apresenta, portanto, uma trajetória processual temporal de alterações que parecem resultar do/no acumulado dos debates até chegar no texto final.

Os relatórios das reuniões são redundantes na compreensão do roteiro dos encontros. Em geral eles se iniciavam com a descrição do ritual religioso, com a leitura de algum salmo ou oração. As cidades que recebiam os eventos preparam estas preleções e as apresentações sobre as assessoras

convidadas, que entendemos ser mediadoras. Os itens eram trabalhados pelas mediadoras e, após as suas falas, abria-se o debate com perguntas e respostas que constam detalhadas nos relatórios. O encontro não acabava neste momento, pois poderia haver — nem todos os relatórios atestam isto — a divisão de grupos de mulheres para a construção de sugestões por itens — violência, saúde, trabalho, educação.

O relatório do VIII encontro, ocorrido em Três Lagoas/MS em maio de 1986, é um exemplo da dinâmica apreendida. Estavam presentes Fernandópolis, Andradina, São José do Rio Preto, Araçatuba, Birigui, Bauru, São Paulo, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Ribeirão Preto, Lins, Campo Grande, Paranaíba, Aparecida do Tabuado, Brasilândia e Três Lagoas. O encontro iniciou-se com a leitura do capítulo doze do livro do “Apocalipse”, seguido de uma animação e apresentação realizada pelo grupo anfitrião. Na sequência, as mediadoras Lilian, do PC do B, Vilma, do PCB e Irma Passoni, do PT, apresentaram suas falas a respeito da mulher trabalhadora na Constituinte, sobre maternidade, violência, saúde, direitos, e particularizam os temas sobre a mulher negra, as prostitutas e as camponesas. O foco foi explicitar a carência de direitos e a necessidade de garanti-los. O relatório ainda aponta que houve a indicação do livro de Flávio (*sic*) Comparato¹⁰ para o estudo das propostas à Constituinte, revelando também as referências que deram base na construção dos itens de discussão propostos no encontro. Após a apresentação das mediadoras, registrou-se quinze minutos para o debate e formação dos grupos para discutir propostas a partir do que havia sido construído no encontro anterior em Bauru. Os grupos formaram (mini)plenárias e apresentaram suas considerações, também detalhadas em tópicos no relatório. A avaliação do encontro foi positiva no que concerne à participação das mulheres, mas negativa quanto ao pouco tempo para o debate e sobre a ausência das mediadoras do PMDB e PDT. Os partidos parecem constituir-se como organismos formadores, bem como eram destinatários finais destas propostas, que eram somadas e lapidadas no percurso de construção da carta a cada encontro. As demandas finais do MRM foram entregues pela deputada Irma Passoni para a Rede Mulher.

Realizados no bojo da redemocratização, os eventos eram permeados por debates sobre política, partidos e eleições, no entendimento de que era preciso ocupar estes espaços e que os direitos conquistados deveriam ser objetos de vigilância a partir dos lugares de poder dos representantes eleitos. Como já sinalizamos, os grupos de mulheres traziam trajetórias próprias quanto às filiações partidárias, sendo as mulheres do IAJES predominantemente petistas e o MRM tendo o PMDB como partido hegemônico. Os relatórios revelam que a ampliação da noção de política e o avanço das mulheres nestes espaços eram uma grande aposta: “Para essas eleições é preciso saber em quem vamos votar para Constituinte e também qual partido político. É preciso estarmos atentas principalmente a candidatos a deputado federal e Senador, pois serão esses dois cargos que farão a Constituição [...]” (MRM, 1986b, p. 7).

Assim como ocorreu nas pequenas cidades como Andradina, partindo de bairros periféricos e comunidades de base, o campo político tornou-se o cenário de desenvolvimento das trajetórias de verticalização das lutas das mulheres na Constituinte. Havia, de um lado, a novidade da política como possibilidade, face à abertura política para o Brasil e para as mulheres, e de outro lado, a segurança de se tratar de um espaço tradicional de decisões, onde representantes poderiam garantir a verticalização da luta e as mudanças discutidas na base, pois na formação dos Constituintes, as mulheres haviam conquistado 26 cadeiras¹¹ na Câmara dos Deputados:

Superando suas diversas extrações partidárias, se auto-denominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. É possível apontar três razões para esta tomada de posição das deputadas: a primeira é a presença de três Emendas Populares promovidas por movimentos de mulheres, que propunham o alargamento do direito da mulher; a segunda, a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época dirigido pela socióloga Jaqueline Pitanguy, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação constante junto aos constituintes e, principalmente, às constituintes, no sentido de incorporar à nova Carta pontos fundamentais dos direitos da mulher pelos quais o movimento feminista lutava já algum tempo no Brasil; finalmente, deve-se ter presente a própria dinâmica interna da Câmara dos Deputados, espaço privilegiadamente masculino que, certamente, colaborou para o crescimento de uma identidade e uma solidariedade femininas entre estas 26 mulheres que representavam apenas 5,7% da casa (PINTO, 1994, p. 265).

Resta sempre útil avaliar os processos em jogos de escalas temporais e nos espectros da memória coletiva. Como dissemos, a mobilização da bancada de mulheres na entrega das demandas produzidas durante os dois anos anteriores ficou posteriormente conhecida como “*lobby* do batom”, mostrando que a marca deixada por este processo foi muito mais lembrada pela “condição feminina” do que pela sua construção popular.

Nas reuniões subsequentes à entrega da carta final, e mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, as mulheres do MRM ressaltavam as conquistas obtidas no processo, considerando que a maioria das solicitações presentes na carta foi incorporada à Constituição, mas apontavam, de um lado, que se mantinham vigilantes e conscientes da incompletude do processo, como se pode observar em nova carta assinada pelo MRM aos constituintes, já em 31 de julho de 1988, na ocasião de um encontro na cidade de São José do Rio Preto, reivindicando, com vistas ao segundo turno, que suprimissem artigos que, segundo elas, estavam sendo tratados de forma retrógrada, como da reforma agrária, das forças armadas e da organização sindical (MRM, 1988). De outro lado, vislumbravam problemas diferentes, como desafios que se colocavam, incluindo os problemas da “corrupção generalizada nos poderes executivo, legislativo e judiciário”, evidenciando que se manteriam alertas (MRM, 1991, p. 2).

A proximidade construída com o campo político também se forjou como um argumento para uma luta contínua. Na referida nova carta aos constituintes, de 31 de julho de 1988, as mulheres do MRM alertaram aos deputados que:

Queremos dizer que estamos atentas às votações e saberemos, com certeza, neste segundo turno, quem é quem, a que interesses defendem. O nosso respeito e a nossa solidariedade para aqueles que trabalham arduamente na garantia dos nossos direitos, por uma nova ordem social. Para aqueles que nos trapaceiam, saberemos dar a devida resposta, nas próximas eleições (MRM, 1988, p. 1).

A nova carta foi enviada ao congresso nacional para todas as lideranças dos partidos. Na memória de quem construiu o processo pela base, percebe-se um sentimento de orgulho, de vitória política. As conquistas a que se referiam se tratam, sobretudo, dos direitos obtidos na área do trabalho e da família, na extensão da licença maternidade e criação da licença paternidade, em questões previdenciárias, titularidade de propriedades rurais, expressas também no direito reprodutivo das mulheres no planejamento familiar, ou ainda na defesa da mulher contra a violência doméstica

tipificada. As fontes tornam-se redundantes novamente quando memorizam esse processo, sempre no sentido de se atribuírem autoras das leis que passaram a vigorar em 1988.

Considerações finais

As trajetórias do Movimento de Mulheres do IAJES e do Movimento Regional de Mulheres aqui apresentadas são quase inéditas do ponto de vista histórico/acadêmico, embora a participação e luta das mulheres na Constituinte não o seja. Trazê-las aqui cumpre objetivos que nos parecem hoje tão primordiais quanto a descoberta de cidades submersas. Ao contextualizarmos as trajetórias dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas nos contextos da ditadura militar — experiências de difícil separação no Brasil —, evidenciamos as pistas de que a “história miúda”, mas gigante, ocorre nos cenários da repressão, da resistência, da negação. Desvendar e reconhecer estes processos a partir de novas e ricas fontes, narradas por mulheres comuns, de carne e osso, lavadeiras e operárias, que ora voam para exigir direitos, ora lamentam pela opressão experimentada em suas casas, torna-nos signatárias dos compromissos por elas iniciados e construídos, de criação da radicalidade de uma democracia outra, plural e não sexuada.

Os limites experimentados por estes movimentos mostram-nos que “[...] não basta mudar a lei, é preciso mudar a cabeça dos homens. É preciso questionar os padrões de um mundo masculino” (MRM, 1986a, p. 3). Antes de medir avanços e limites, temos aqui experiências vividas, concretas, pioneiras e genuínas. O Movimento de Mulheres do IAJES nos possibilitou apreender a dinâmica do surgimento dos grupos organizados de mulheres nas regiões da periferia do sistema, da periferia das cidades, da periferia da narrativa histórica, nos cenários outros da emergência da nova esquerda e da Teologia da Libertação. A própria experiência das visitadoras no trajeto de constituição como organização materializou-se como nova esquerda, porque ela é base. Com as mulheres organizadas do IAJES, também conseguimos apreender os mecanismos de construção de redes, como o próprio MRM, instrumento ulterior da mobilização de mulheres na luta constituinte, mediado pela Rede Mulher e CNDM.

A capacidade organizativa e articuladora é outra marca dos movimentos populares que se comprovou nestas linhas. Os conselhos municipais remanescentes e os partidos políticos rememoraram nostalgicamente a efervescência gerada pelas classes populares, a igreja da libertação tornou-se mais feminista e talvez por isso tenha sido tão mais rechaçada, o que nos permite concluir que a história em movimento não segue um único curso porque não é linear, não possui apenas uma força, mas várias e em conflito.

Para a escrita da história, nosso papel foi defender que tais experiências não desapareçam da memória, que as histórias sejam contadas e esmiuçadas não como contextos, mas como narrativas que devem se cruzar, se confrontar e se somar. Não pretendemos reinventar a roda, mas que nós possamos realizar análises teóricas sempre a partir da oxigenação das fontes, da expansão das fronteiras das experiências, das descobertas de grupos e memórias mais acolá, onde achávamos terra inabitada. As histórias das mulheres, geralmente mostradas a partir das iniciativas de figuras consideradas singulares, cujos nomes todas conhecemos, precisam ganhar a pluralidade das narrativas das mulheres-massa, interioranas, não como anônimas, obscuras, mas como muitas, como movimento, como milhares, tal qual a mobilização tratada aqui, das mulheres na luta por direitos constitucionais, ou, ainda, como na recente luta eleitoral em 2018, que levou centenas de

milhares de mulheres às ruas em um feito também inédito por seu volume, seu caráter político e seu protagonismo, embora ainda não saibamos como os resultados vão se manifestar no conflituoso cenário que as coloca como grupo vencido.

A despeito dos limites e das distâncias — ou seriam aproximações e pontos de contato? — que separam — ou unem? — os movimentos de mulheres dos movimentos feministas, na soma das experiências históricas vividas e narradas nas periferias e nas comunidades, não nos parece possível crer que aceitemos que tenhamos taxativas de “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, ou algozes da chamada “ideologia de gênero”. É mais provável apostar que a ebulição tenha recomeçado, agora mais passado a ser somado e mais “fraquejadas” tomando as frentes das barricadas.

Referências

- ALVES, Marivalda. *IAJES: uma entidade em movimento*. 1989. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social de Lins, Lins, 1989.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ANJOS, Gabriele dos. *Mulheres todas santas: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul*. 2009. 397 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. (Série Teses FEE, n. 11).
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987*. Brasília, DF: CNDM, 1987.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã; ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, Maria Esther. *A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera*. 1985. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- INSTITUTO ADMINISTRATIVO JESUS BOM PASTOR (IAJES). *Caderno IAJES*. Andradina: IAJES, 1979a. Documento avulso, mimeografado.
- INSTITUTO ADMINISTRATIVO JESUS BOM PASTOR (IAJES). *Caderno Mulher-Povo*. Andradina: IAJES, 1982. Documento avulso, mimeografado.
- INSTITUTO ADMINISTRATIVO JESUS BOM PASTOR (IAJES). *Estatuto*. Andradina: IAJES, 1979b. Documento avulso, mimeografado.
- INSTITUTO ADMINISTRATIVO JESUS BOM PASTOR (IAJES). *Relatório das Comunidades de Andradina*. Andradina: IAJES, 1976. Documento avulso, mimeografado.
- MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Carta aos constituintes*. São José do Rio Preto, SP: MRM, 1988. Documento avulso, mimeografado.
- MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Documento do VII Encontro Regional de Mulheres: direitos que nós queremos ver na Constituição*. Bauru, SP: MRM, 1985.
- MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Movimento Regional de Mulheres: histórico e lutas*. Lins, SP: MRM, 1987. Documento avulso, mimeografado.
- MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Relatório da Comissão do Movimento Regional de Mulheres*. Bauru, SP: MRM, 1991. Documento avulso, mimeografado.
- MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Relatório do IX Encontro Regional de Mulheres*. Fernandópolis, SP: MRM, 1986a.

MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Relatório do V Encontro Regional de Mulheres*. São José do Rio Preto, SP: MRM, 1984.

MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES (MRM). *Relatório do VIII Encontro Regional de Mulheres*. Três Lagoas, MS: MRM, 1986b.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. Lutar, anotar e lembrar: uma reflexão sobre a produção da memória dos movimentos populares e suas possibilidades de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Mariana%20Esteves%20de%20oliveira.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. *O grito abençoado da periferia: movimentos populares entre a religião e a política no noroeste paulista*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio da França. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur César; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (org.). *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 49-68.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. *Clio*, Recife, n. 26.1, p. 59-82, 2008. (Série Revista de Pesquisa Histórica).

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, p. 256-270, 2. sem. 1994.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

WOLFF, Cristina Scheibe; CRESCÊNCIO, Cíntia Lima; PEDRO, Joana Maria. Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul. In: ROCHA, Marcos Antônio Monte (org.). *Feminismos Plurais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 53-70. (Coleção Gênero, Cultura e Mudança, v. 1).

Notas

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, através do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, coordenado por Cristina Scheibe Wolff.

² *Misereor – Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe* (em português, “Obra Episcopal de Cooperação para o Desenvolvimento”): esta agência é um órgão da Igreja alemã destinado a fomentar projetos sociais em países subdesenvolvidos, através de apoio a entidades ligadas à Igreja Católica, ONGs, entidades representativas, grupos comunitários e outras iniciativas que visem ao desenvolvimento local e à transformação social dos públicos alvos. A *Cebemo* é uma agência de cooperação internacional holandesa também ligada à Igreja Católica, com as mesmas características da já referida *Misereor*. As verbas da *Cebemo*, no entanto, eram destinadas ao programa de assessoria aos grupos populares e à produção de materiais e recursos para a chamada educação popular.

³ Para melhor reconhecimento deste acervo, visite o site do NDH e acesse os descritores. Disponível em: http://www.ndh.ufms.br/?page_id=14#7. Acesso em: 24 jan. 2019.

⁴ Recentemente demos início a um novo projeto de pesquisa para explorar esta documentação, intitulada “O que as mulheres querem ver na constituição: participação e experiência política do Movimento Regional de Mulheres de Andradina-SP na constituinte (1984-1988)”, esperando com isso reconhecer e qualificar os dados trazidos por estas fontes e suas necessárias análises. Temos incentivado outras pesquisas em níveis de iniciação científica, mestrados e doutorados que a utilizem.

⁵ “O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/cndm>. Acesso em: 24 jan. 2019.

⁶ Os padres envolvidos no IAJES compunham um grupo de padres casados que, em maior número, caracterizam o movimento da Teologia da Libertação no concernente ao questionamento do celibato como dogma. No IAJES, destaca-se que desde o primeiro pároco, em 1969, já se trata deste grupo, incluindo nele os padres da CPT e do grupo linense de educação, que apoiavam o Instituto, todos casados. Apesar das sanções que sofreriam posteriormente, como o impedimento de ministrar as missas, os padres que transitaram pelo IAJES assumiam o matrimônio como ato político. Isto foi tema da dissertação de mestrado de Marcelo Fernandes Brentan, desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos com o título de “Do outro lado do altar: padres casados e militância católica”, disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8909>. Acesso em: 24 jan. 2019.

⁷ Os Cadernos IAJES assemelham-se a pequenas cartilhas e parecem originar-se dos relatórios anuais, como sínteses e resumos, contendo as ações realizadas pelos grupos ligados ao IAJES no ano de referência, mas impressos para servirem também de portfólios, contendo ainda fotos e charges. Eram produzidos e distribuídos em grande quantidade, diferente dos relatórios, levando-nos a considerar que cumpriam um papel de divulgação das ações para o grande público e outras entidades congêneres.

⁸ Lista das Mulheres Constituintes: Abigail Feitosa (PSB/BA), Anna Maria Rattes (PSDB/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Beth Azize (PSDB/AM), Bete Mendes (PMDB/SP), Cristina Tavares (PDT/PE), Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP), Eunice Michiles (PFL/AM), Irma Passoni (PT/SP), Lídice da Mata (PcdoB/BA), Lúcia Braga (PFL/PB), Lúcia Vânia (PMDB/GO), Márcia Kutbitschek (PMDB/DF), Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF), Maria Lúcia (PMDB/AC), Marluce Pinto (PTB/RR), Moema São Thiago (PDT/CE), Myriam Portella (PSDB/PI), Raquel Cândido (PDT/RO), Raquel Capiberibe (PSB/AP), Rita Camata (PMDB/ES), Rita Furtado (PFL/RO), Rose de Freitas (PSDB/ES), Sadie Hauache (PFL/AM), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Wilma Maia (PDT/RS). Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes. Acesso em: 24 jan. 2019.

⁹ Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=105918. Acesso em: 24 jan. 2019.

¹⁰ Aqui provavelmente o relatório incorre no equívoco sobre o nome do jurista Fabio Konder Comparato que, a pedido do Partido dos Trabalhadores, produziu um estudo de viabilidade democrática constituinte intitulado “Muda Brasil – Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático”, citado em outros documentos.

¹¹ Dos 512 constituintes, 26 mulheres integravam a “bancada feminina”, ou seja, 5,7%. De acordo com Céli Pinto, a escolha das constituintes deu-se por meios clássicos “[...] famílias de políticos, popularidade adquirida nos meios de comunicação, história partidária – mas não a partir de organizações de mulheres dentro ou fora dos partidos” (PINTO, 1994, p. 264-265). Apenas a deputada Moema São Thiago tinha atuação feminista pública.

Data de recebimento: 28/01/2019

Data de aprovação: 30/06/2019